

duada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; aprovada no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 31 de dezembro de 1998; adida de embaixada, na Secretaria de Estado, em 6 de setembro de 1999; terceira-secretária de embaixada, em 7 de setembro de 2001; segunda-secretária de embaixada, em 7 de setembro de 2004; na Embaixada de Portugal em Belgrado, em 4 de outubro de 2004; primeira-secretária de embaixada, em 7 de setembro de 2007; na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, em 20 de agosto de 2008; Chefe de Divisão da América do Norte na Direção de Serviços das Américas da Direção-Geral de Política Externa, em 1 de agosto de 2013; Chefe de Divisão das Questões Pan-Africanas e da África Ocidental, Central e Oriental, integrada na Direção de Serviços da África Subsariana da Direção-Geral de Política Externa, em 1 de agosto de 2017.

311142679

Louvor n.º 69/2018

Ao cessar, a seu pedido, funções enquanto técnico especialista no meu Gabinete, quero expressar público reconhecimento e louvor ao licenciado Bernardo Sotto-Mayor Leite Rodrigues, pelo empenho, dedicação, competência e responsabilidade revelados no desempenho das funções que lhe foram confiadas.

As qualidades pessoais e profissionais evidenciadas e testemunhadas por todos quantos com ele trabalharam, ficaram sempre patentes no espírito de missão, lealdade, rigor, disponibilidade, sentido institucional que sempre imprimiu à eficácia coordenadora, estratégica e operacional da sua ação no contexto da assessoria política e comunicacional do meu Gabinete e deste Ministério, o que tornam particularmente devidos o meu agradecimento pessoal e este público louvor.

10 de novembro de 2017. — O Ministro da Economia, *Manuel de Herédia Caldeira Cabral*.

311140523

Secretaria-Geral**Aviso n.º 2795/2018**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, nos termos do artigo 47.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a técnica superior Fátima Sandra Domingues Garcia denunciou, durante o período experimental, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com a Secretaria-Geral, com efeitos a partir de 16 de março de 2018.

16 de fevereiro de 2018. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

311141366

Aviso n.º 2796/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, nos termos do artigo 47.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o técnico superior Styvan Cyril Gonçalves Fernandes denunciou, durante o período experimental, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com a Secretaria-Geral, com efeitos a partir de 1 de março de 2018.

19 de fevereiro de 2018. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

311143253

AMBIENTE**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 2128/2018**

Considerando que, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2004, de 3 de junho, o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) dispõe de um secretário executivo, ao qual compete praticar os atos internos indispensáveis à dinamização das atividades do Conselho;

Considerando que o secretário executivo do CNADS é nomeado pelo Ministro do Ambiente, sob proposta do presidente, em comissão de

serviço, por um período de três anos, renovável, de entre trabalhadores em funções públicas providos na carreira de técnico superior;

Considerando que, não correspondendo as funções de secretário executivo do CNADS a cargo dirigente da Administração Pública ou legalmente equiparado, a designação do respetivo titular não é precedida de procedimento concursal;

Considerando que o presidente do CNADS propôs a renovação da comissão de serviço da licenciada Maria Adília Peça Soares Lopes no referido cargo, atendendo ao seu desempenho no exercício das correspondentes funções;

Ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2004, de 3 de junho:

1 — Renovo a comissão de serviço da licenciada Maria Adília Peça Soares Lopes pelo período de três anos, no cargo de Secretário Executivo do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

2 — Esta renovação tem como suporte o trabalho desenvolvido pela Dr.ª Maria Adília Lopes ao serviço do CNADS, bem como a sua experiência profissional, atestada pela nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2018.

16 de fevereiro de 2018. — O Ministro do Ambiente, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes*.

Nota curricular

Maria Adília Peça Soares Lopes, nacionalidade portuguesa, nascida a 23 de agosto de 1960, casada, duas filhas, residente em Lisboa.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1985.

Inscrição na Ordem dos Advogados, atualmente suspensa por iniciativa da própria.

Formação complementar designadamente em feita das leis, administração pública, ambiente e desenvolvimento sustentável, formação, gestão de conflitos e técnicas de negociação, formação e dinâmica de equipas de trabalho, Direito Administrativo do Mar.

Percurso Profissional: Desde fevereiro de 2009 é Secretária-Executiva do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Anteriormente exerceu funções de consultora jurídica no Gabinete Jurídico da Agência Portuguesa do Ambiente, na RAVE S. A. — Rede Ferroviária de Alta Velocidade, no Instituto do Ambiente, no Instituto de Promoção Ambiental e no Instituto Nacional do Ambiente. Foi assessora do Secretário de Estado do Ambiente do XIII Governo Constitucional, do Diretor-geral do Desenvolvimento Rural, do Presidente do Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), Chefe da Divisão de Apoio às Associações de Defesa do Ambiente do IPAMB entre 1998 e 1999. Consultora jurídica do Gabinete de Apoio às Associações de Defesa do Ambiente do Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), entre 1993 e 1998. Entre junho 1989 e janeiro de 1993 consultora jurídica do INAMB.

Outras funções desempenhadas: Membro do Secretariado Técnico da 1.ª Conferência Interministerial de Ambiente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Membro do Grupo de Trabalho Permanente para as Relações Internacionais e Cooperação do IPAMB. Participação em missões de cooperação em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde. Participação no Grupo de Trabalho da Comissão Económica Para a Europa (CEE/ONU) da Convenção Relativa ao Acesso à Informação, à Participação no Processo de Decisão e ao Acesso à Justiça em Ambiente.

Atividade no domínio da Formação: Formadora de direito do ambiente em cursos, seminários e outras ações de formação.

Atividade associativa: colaborou com Organizações não Governamentais de Ambiente — GEOTA, LPN (membro da direcção) e Observatório do Ambiente (presidente).

Principais trabalhos publicados:

Comparative European Environmental Law, an Introduction to the Public Environmental Law in the EU-Member States” Autoria Conjunta com Liberato, Pedro e Outros, do Capítulo referente à legislação portuguesa. Edição Rijksuniversiteit Limburg — Maastricht, Faculteit Der Rechtsgeleerdheid; Plano Nacional de Política do Ambiente” Autoria Conjunta com Gaspar, Paula, do Anexo VI “Competências dos Órgãos da Administração Pública Central e Local em Matéria de Ambiente” Edição do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Junho de 1995; Acesso à informação sobre Ambiente — Guia do utilizador Edição conjunta Sticing Natuur en Milieu e Geota, 1995; “Guia do Município Ambientalista” Autoria Conjunta com Melo, João Joanaz de e outros Edição GEOTA, 1994; O Acesso à Informação e a Participação em Matéria de Ambiente” Autoria conjunta com Gaspar, Paula. Edição IPAMB, 1993.

311142038